



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA - CCJC

PROJETO DE LEI Nº 1.341, DE 2023

**Dispõe sobre a criminalização do
charlatanismo religioso e estabelece
penalidades para a prática de falsos
milagres e exploração financeira
relacionada à fé.**

Autor: Deputado CAPITÃO AUGUSTO

Relator: Deputado RODRIGO VALADARES

I - RELATÓRIO

Busca o Projeto de Lei nº 1.341, de 2023, criminalizar e punir o charlatanismo religioso, especialmente aqueles que se aproveitam da fé e da vulnerabilidade das pessoas, praticando falsos milagres e explorando financeiramente os fiéis.

Em sua justificação, o Autor pontua que essas condutas deturpam algo nobre e sagrado, que é a fé, para, de forma enganosa, aproveitando da vulnerabilidade das pessoas diante de sua crença religiosa, auferir ganhos.

A proposição em tela foi distribuída para análise e parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos do que dispõem o artigo 24, II, e o artigo 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, sob regime de tramitação ordinária, sujeita à apreciação do Plenário.





É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Compete a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados se manifestar sobre a proposição referida quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito, nos termos regimentais.

Sob o prisma da constitucionalidade formal, o Projeto não contém vícios, tendo sido observadas as disposições constitucionais pertinentes à competência privativa da União para legislar sobre o tema, sendo legítima a iniciativa e adequada a elaboração de lei ordinária para tratar da matéria nele versada.

No tocante à constitucionalidade material, não se vislumbram também quaisquer discrepâncias entre ele e a Constituição Federal.

Em relação à juridicidade, no entanto, a modificação pretendida não inova o ordenamento jurídico, conforme será adiante explicitado, trazendo implicações, por isso, ao mérito do Projeto.

Outrossim, a técnica legislativa empregada não utiliza a redação usual dos tipos penais, mas trata-se de vícios sanáveis.

De fato, constatamos a ocorrência na sociedade de condutas fraudulentas que visam tirar vantagem indevida de pessoas, utilizando-se da crença delas em poderes divinos ou espirituais ou explorando a sua fragilidade ou vulnerabilidade em determinadas situações.

Entretanto, embora seja nobre a preocupação do autor da proposta, cabe informar que as condutas aludidas já podem ser enquadradas em diversos crimes do nosso diploma penal, a depender das circunstâncias do caso concreto. Se não, vejamos:





CÂMARA DOS DEPUTADOS

“Charlatanismo

Art. 283 - Inculcar ou anunciar cura por meio secreto ou infalível:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.”

O crime de charlatanismo ocorre quando alguém, agindo de má fé, indica ou propaga a cura por meio secreto e infalível de qualquer doença, mas em geral de moléstia incurável ou de difícil tratamento, seja por distribuição de panfletos, publicação de anúncios ou qualquer outra forma de promoção.

Trata-se de fraude, de engodo, por meio do qual a pessoa normalmente busca alcançar algum tipo de vantagem econômica (ainda que isso não seja necessário à caracterização do delito), atentando contra a saúde pública.

O “charlatão” pode ser qualquer pessoa, inclusive o médico, sempre que apregoar a cura de males por meio secreto, cujos princípios não são tecnicamente explicitados, com “garantia” de resultado absolutamente certo, seja mediante o emprego de drogas ou de qualquer outro método. Em todo caso, o sujeito expõe a coletividade a perigo e tem perfeita consciência de que o “tratamento” proposto não é, ao inverso do que apregoa, infalível (até pelo contrário).¹

Na sequência, temos o crime de curandeirismo:

“Curandeirismo

Art. 284 - Exercer o curandeirismo:

I - prescrevendo, ministrando ou aplicando, habitualmente, qualquer substância;

II - usando gestos, palavras ou qualquer outro meio;

III - fazendo diagnósticos;

Pena - detenção, de seis meses a dois anos.

Parágrafo único - Se o crime é praticado mediante remuneração, o agente fica também sujeito à multa.”

¹ Disponível em: <https://mppr.mp.br/Noticia/Curandeirismo-e-Charlatanismo>. Acesso em: 19/12/2023.





Aquele que receita, fornece ou aplica habitualmente qualquer substância (seja de origem vegetal, animal ou mineral) a pretexto de cura sem ter habilitação científica para tanto atenta contra a saúde pública e comete crime de curandeirismo.

Se o crime é praticado mediante algum tipo de remuneração, é aplicável ainda a pena de multa.

Segundo a lei, também exerce curandeirismo quem usa gestos, palavras ou outro meio com a mesma finalidade. Comete o crime, igualmente, aquele que, não sendo médico, faz diagnósticos como se o fosse.²

Além desses tipos penais, a conduta fraudulenta pode incidir também no crime de estelionato.

“Estelionato

Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, de quinhentos mil réis a dez contos de réis.

Estelionato contra idoso ou vulnerável

§ 4º A pena aumenta-se de 1/3 (um terço) ao dobro, se o crime é cometido contra idoso ou vulnerável, considerada a relevância do resultado gravoso.

Conforme se vislumbra, o crime de estelionato é uma infração que envolve uma fraude, um engodo.

Nesse ponto, constatamos a ocorrência desse delito quando o autor se utiliza de um meio fraudulento para obter uma vantagem ilícita em prejuízo de alguém.

² Disponível em: <https://mppr.mp.br/Noticia/Curandeirismo-e-Charlatanismo>. Acesso em: 19/12/2023.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Assim, quando um indivíduo induz alguém a erro com objetivo de obter vantagem ilícita por meio da fé, isso se torna um estelionato religioso.

Dito isso, depreende-se da leitura das normas acima expostas que cada uma das ações inseridas no tipo penal trazido pela proposição em análise pode configurar um dos supracitados crimes, a depender das circunstâncias do caso concreto.

Igualmente, em decisão unânime, a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) considerou que a ameaça de emprego de forças espirituais para constranger alguém a entregar dinheiro é apta a caracterizar o crime de extorsão, ainda que não tenha havido violência física ou outro tipo de ameaça (REsp 1299021).

Dessa forma, não há como prosperar a proposta legislativa apresentada, já que eivada do vício de injuridicidade.

Ante o exposto, voto pela constitucionalidade, injuridicidade, inadequada técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do Projeto de Lei nº 1.341, de 2023.

Sala das Comissões, 25 de Abril de 2024.

RODRIGO VALADARES

DEPUTADO FEDERAL – UNIÃO/SE

RELATOR

